

Discurso lido na abertura do Seminário 100 anos da Segunda Conferência da Paz em Haia.

José Almino de Alencar

NÃO CONSTITUIRÁ SURPRESA ALGUMA a celebração do centenário da Segunda Conferência da Paz em Haia, aqui na Fundação Casa de Rui Barbosa. Em torno dessa Conferência, a despeito das diferentes interpretações sobre a sua real importância política e do sentido contemporâneo que a ela podemos atribuir, ampliou-se, firmou-se e, digamos assim, perpetuou-se parte significativa da mitologia popular sobre o nosso patrono. Se, por acaso, fôssemos levados a fazer um exercício de livre associação com o seu nome, tenho certeza que uma maioria entre nós ligaria o nome de Rui, se não à Conferência, pelo menos ao nome da cidade. Águia de Haia disseram a imprensa e os seus contemporâneos e Águia de Haia ficou: o epíteto entrou nos manuais escolares, reproduziu-se periodicamente em manifestações públicas, fixou-se na memória do povo. E poderíamos, talvez, associar a elaboração deste mito a um período em que a nossa primeira República – a República Velha, tendo ultrapassado os conflitos e percalços iniciais, portanto já assentada e mais segura de si – tecia os seus mitos e construía o seu panteão de heróis, em contraposição à história imperial do século XIX, que era vista como um prolongamento da nossa experiência colonial, uma espécie de desdobramento local do que havia sido o Reino Unido.

No entanto, há vários Ruis além do Rui Barbosa de Haia: há o jovem Rui, iniciante na vida pública, que buscou a todo custo se afirmar e crescer na política na última metade do segundo reinado nas fileiras do partido liberal, do qual foi líder parlamentar durante o Gabinete Dantas; e que, para tanto, teve de enfrentar as dificuldades de um jovem egresso de uma família *de estirpe provinciana, dada às profissões liberais, à magistratura e à política e descendendo do ramo que se conservou pobre, enquanto os colaterais se aliavam à*

aristocracia agrária pelo casamento [...];¹ e aqui utilizo a caracterização exemplar de San Thiago Dantas. Há o Rui coerentemente abolicionista durante a sua carreira política até a abolição. Há o Rui ministro da Fazenda do primeiro governo republicano, o do encilhamento, cuja administração tumultuada e controversa ainda está à espera de um exame histórico mais minucioso, apesar dos excelentes trabalhos realizados mais recentemente por John Schulz e Gustavo Franco. E, durante esse mesmo governo, o de Deodoro da Fonseca, há o Rui principal redator da primeira Constituição da República recém-proclamada.

Há também o Rui da Campanha Civilista, o da sua primeira candidatura à presidência da República e que traz a marca de ser a primeira campanha política no Brasil em que as massas urbanas, sobretudo nos principais centros, estiveram envolvidas em um movimento de opinião pela lisura nos pleitos eleitorais e em defesa dos princípios democráticos. Foi provavelmente nesse período que se consolidou a imagem de um Rui Barbosa como padrão idealizado de uma classe média republicana, ainda mal representada ou sem representantes pelo que defendeu e significou para as nascentes questões das liberdades civis, da igualdade e da ética na vida pública. Eu ajuntaria ainda: certo fervor ingênuo dedicado à cultura e à erudição, associadas a uma demanda por uma sociedade que aliasse o mérito intelectual ao exercício das funções públicas e à mobilidade social; ideologia que, em sua forma, por assim dizer, perversa, alimenta o ressentimento dessa mesma classe média, fazendo-a se sentir depositária e monopolista das virtudes éticas e cívicas: por um lado, assustada pelas massas populares, por outro lado, distante das elites dirigentes e desprotegida por elas.

Porém, a meu ver, o Rui advogado é o Rui mais permanente e consistente: era aquele que definia, desde o início, as questões públicas em termos antagonísticos e passava *in*

¹ San Thiago Dantas. "Rui e a renovação da sociedade". In *Rui Barbosa. Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa -Editora Nova Aguilar, 1995, p. 59.

continenti a combater o adversário com toda a força da sua erudição – mobilizada unilateralmente – e o peso da sua eloquência que beneficiava de um talento retórico vivaz – muitas vezes prolixo, hiperbólico, em particular aos nossos olhos de agora – e um manuseio ímpar da língua portuguesa; estilo advocatício, aliás, que permeia tudo o que fez e que assinala de maneira marcante a sua atuação em Haia, onde, a expressão consagrada é típica do universo forense: *defendeu a posição do Brasil* e a golpes de oratória; posição elaborada na maioria das vezes por um seu companheiro de geração: José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco.

Porque, nada custa lembrar: a biografia de Rui Barbosa é parte da história de uma geração de valor excepcional que, entre outros feitos, encerrou a agenda do século XIX brasileiro, com a abolição da escravidão e a consolidação das nossas fronteiras e abriu uma nova pauta de desenvolvimento para o Brasil, onde estavam incluídos o estabelecimento de instituições políticas e jurídicas modernas e a definição de uma política externa para o País. Neste contexto, avultam as participações de Joaquim Nabuco e o seu abolicionismo renitente, Rio Branco e a fixação de nossos limites e Rui Barbosa como idealizador do quadro institucional jurídico – o nosso regime federativo, a criação de um Supremo Tribunal, a introdução do *habeas corpus* – para lembrar algumas das suas contribuições maiores e que ainda servem de base para muito do que ainda existe nas nossas estruturas políticas.

Era uma geração composta também por nomes como Machado de Assis, André Rebouças, Tobias Barreto, Castro Alves e Sílvio Romero – e nomeio somente alguns dos mais conhecidos – que completou vinte ou trinta anos entre 1868 e 1878, “o [decênio] mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa labuta espiritual”,² no dizer de um deles: Sílvio Romero. Eram os expoentes daquela “fulgurante plebe intelectual”,

² Sílvio Romero. *Realidades e Ilusões no Brasil. Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*, (org. Hildon Rocha). Petrópolis: Editora Vozes Ltda e Governo do Estado de Sergipe, 1979. p. 162.

identificada por Gilberto Amado, composta, em parte, por “doutores pobres, jornalistas oradores que de todos os pontos do País surgiam com a pena, com a palavra e com a ação, em nome do pensamento liberal, para dominar a opinião”. Ainda Silvio Romero, no seu discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras³ (discurso, aliás, frequentemente citado, mas que eu não resisto à tentação de incluí-lo), caracterizou a época e o espírito que animava essa geração, da seguinte maneira:

Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do aristocratismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe ilustre que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou, e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A guerra do Paraguai estava a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acahado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arroxos [sic.] das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expelido do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo

³ Em 18 de dezembro de 1906.

*inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso.*⁴

Nessa “peleja” contra o “atraso horroroso,” a geração de 1870 se valeu fartamente das teorias que imperavam na Europa, marcadas pelos determinismos cientificistas da época – determinismos geográficos, raciais, de Buckle, de Gobineau, eivadas do evolucionismo de Spencer e de Darwin. Mas, foram os que, apesar de serem freqüentemente os mais eruditos, atacaram diretamente a matéria bruta do Brasil, e evitando os esquematismos teóricos obtiveram resultados mais expressivos: dentre eles os três cujo papel político sublinhamos acima: Nabuco, Rio Branco e Rui Barbosa. Nabuco, em seus livros mais importantes – *O abolicionismo* e *Um estadista no Império* –, ao expor o cerne das suas análises sobre a sociedade brasileira do século XIX, praticamente não argumenta com citações; não as utiliza como instrumentos de autoridade intelectual. Rio Branco e Rui Barbosa são, sobretudo, militantes da *realpolitik* quase em tempo integral; quando estão fora se põem preparados a retornar a cada momento; e é na verdade uma peça brilhante de atuação política a interação entre os dois durante a Segunda Conferência de Haia que marca o início da participação brasileira no concerto mundial das nações e que aqui viemos celebrar.

Celebrando-a, cumprimos, o que é mais do que natural, a liturgia de homenagear o nosso patrono, mas escolhemos fazê-lo hoje, entre outras atividades, em um seminário que une a observação do passado a uma análise do estado de coisas presente, compondo painéis que se debruçarão tanto sobre o papel de Rui naqueles primórdios da nossa moderna diplomacia quanto sobre os temas emergentes que permaneceram sob diversas formas até a atualidade.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 162-163.

Conjurar o passado, escutar o presente, especular sobre o futuro é o feijão-com-arroz de muitos dos que se dedicam à análise da sociedade e do comportamento humano. Entendo, assim, que o moto de Cícero, “a história mestra da vida”, na sua singeleza simplificadora possa ser objeto das críticas mais elaboradas dos nossos epistemólogos contemporâneos; no entanto, ele ainda não recebe o desdém dos políticos, dos legisladores, dos comunicadores sociais, esses homens práticos. E, certamente, ainda servia de divisa para os mestres da geração que homenageamos e que contribuíram para nos fazer como hoje somos.